

**Relatório UTAO n.º 13/2022**

## Apreciação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado: janeiro a dezembro de 2021

Coleção: Acompanhamento das Parcerias Público-Privadas e do  
Sector Público Empresarial

2 de agosto de 2022

### **Ficha técnica**

---

A análise efetuada é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da República. Nos termos da [Lei n.º 13/2010, de 19 de julho](#), a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe assessoria técnica especializada através da elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre gestão orçamental e financeira pública.

Este estudo, orientado e revisto por Rui Nuno Baleiras, foi elaborado por António Antunes.

**Título:** Apreciação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado: janeiro a dezembro de 2021

**Coleção:** Acompanhamento das Parcerias Público-Privadas e do Sector Público Empresarial

**Relatório UTAO N.º** 13/2022

**Data de publicação:** 2 de agosto de 2022

**Data-limite para incorporação de informação:** 10/06/2022

**Disponível em:** [https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/UTAO\\_Unidade-TecnicadeApoioOrcamental.aspx](https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/UTAO_Unidade-TecnicadeApoioOrcamental.aspx)

---

## Índice Geral

---

Índice Geral.....	i
Índice de Tabelas .....	i
Índice de Gráficos .....	i
Índice de Caixas.....	i
Tabela de siglas, abreviaturas e acrónimos .....	ii
Sumário executivo .....	1
1 Introdução .....	3
2 EBITDA e resultado líquido.....	6
3 Receitas e gastos totais.....	8
4 Dívida .....	9
Anexo: Dados numéricos e terminologia do SEE.....	11

## Índice de Tabelas

---

Tabela 1 – Publicações da UTAP relativas a PPP, Boletins trimestrais das PPP: 2019–2022.....	3
Tabela 2 – Caracterização das empresas públicas: SEE, SEL e SER.....	5
Tabela 3 – Situação Financeira do SEE: 4.º trimestre de 2020 vs 4.º trimestre de 2021 .....	11

## Índice de Gráficos

---

Gráfico 1 – EBITDA e Resultado Líquido, 4.º Trimestre 2020 vs 4.º Trimestre 2021 .....	7
Gráfico 2 – Receita e gastos totais, 4.º Trimestre 2020 vs 4.º Trimestre 2021 .....	8
Gráfico 3 – Dívida, 4.º Trimestre 2020 vs 4.º Trimestre 2021 .....	10

## Índice de Caixas

---

Caixa 1 – Glossário de termos de contabilidade financeira .....	11
---	----

## Tabela de siglas, abreviaturas e acrónimos

Sigla/abreviatura	Designação
AdR	Administração Regional
AP	Administrações Públicas
AR	Assembleia da República
CMVMC	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
COF	Comissão de Orçamento e Finanças
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DL	Decreto-Lei
EBIT	<i>Earnings Before Interest, Taxes</i> , designação inglesa para "Resultados Antes de Juros e Impostos"
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> , designação inglesa para "Resultados Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização"
EPF	Empresa(s) Pública(s) Financeira(s)
EPNF	Empresa(s) Pública(s) Não Financeira(s)
EPNR	Empresa(s) Pública(s) Não Reclassificada(s)
EPR	Empresa(s) Pública(s) Reclassificada(s)
M€	Milhões de Euros
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
p.	Página
pp.	Páginas
p.p.	Ponto(s) percentual(is)
PPP	Parceria(s) Público-Privada(s)
SiRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SEE	Sector Empresarial do Estado
SEL	Sector Empresarial Local
SER	Sector Empresarial Regional
SERAA	Sector Empresarial da Região Autónoma dos Açores
SERAM	Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira
SPE	Sector Público Empresarial
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental
vs	Versus

## Sumário executivo

---

- 1. Este relatório analisa a situação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado (SEE) no ano de 2021, contrastando-a com o desempenho alcançado no ano anterior.** Os parágrafos abaixo resumem as principais conclusões da UTAO, que são devidamente justificadas nas secções seguintes. A informação apresentada abrange um subconjunto de 124 empresas, para as quais existe informação financeira reportada em SIRIEF, sendo o universo total de 144 empresas.
- 2. Em 2021, as empresas que integravam o SEE reduziram os níveis de EBITDA, mas recuperaram ligeiramente o Resultado Líquido, que se apresentou menos negativo.** Em termos desagregados, a degradação do EBITDA registou-se nas Empresas Públicas Não Financeiras e nas Empresas Públicas Recllassificadas, enquanto as Empresas Públicas Financeiras e as Empresas Públicas Não Recllassificadas registaram uma melhoria deste indicador face ao ano anterior. De igual forma, as Empresas Públicas Não Financeiras e as Empresas Públicas Recllassificadas registaram um agravamento homólogo do Resultado Líquido, ao passo que as Empresas Públicas Financeiras e as Empresas Públicas Recllassificadas alcançaram uma melhoria do Resultado Líquido. O nível de EBITDA registado pelo conjunto de empresas públicas que integram o SEE diminuiu 41 M€ em 2021 face ao ano anterior, em virtude de o crescimento dos gastos totais (+424 M€) ter superado o aumento da receita total (+384 M€). Os Resultados Líquidos recuperaram ligeiramente face ao ano anterior (+27 M€): partindo de um valor que se apresentava negativo em 2020 (-177 M€), recuperou para -150 M€ em 2021.
- 3. No seu conjunto, as empresas que integravam o SEE registaram, em 2021, aumentos na receita total (+384 M€) e nos gastos totais (+424 M€), face ao ano anterior.** Assim, o impacto agregado foi negativo (-41 M€), com reflexo direto no EBITDA alcançado. O desempenho das Empresas Públicas Financeiras foi diferente do do universo SEE observado, pois coletivamente registaram, em 2021, níveis de receita total superiores e gastos totais inferiores aos do ano anterior. Tendo em conta o perímetro orçamental, é de referir que o impacto negativo do exercício económico de 2021 foi mais acentuado entre as Empresas Públicas Recllassificadas para dentro do perímetro orçamental, as quais registaram um aumento homóloga dos gastos totais (+434 M€) muito superior ao acréscimo de receita total (+257 M€). Por seu lado, o desempenho das Empresas Públicas Não Recllassificadas permitiu alcançar um maior nível de receita total (+127 M€) com uma redução dos respetivos gastos (-9 M€).
- 4. O stock de dívida das empresas que integram o SEE aumentou 3301 M€ em 2021** face ao registado no ano anterior. Este resultado foi alcançado com contributos heterogéneos das várias categorias de empresas que integram o SEE: diminuição da dívida entre as Empresas Públicas Não Financeiras e Empresas Públicas Recllassificadas versus aumento da dívida nos subconjuntos Empresas Públicas Financeiras e Empresas Públicas Não Recllassificadas.
- 5. Não existe informação nova sobre Parcerias Público-Privadas (PPP).** A UTAO publicou a sua análise ao desempenho financeiro das PPP em 2020 no [Relatório UTAO n.º 22/2021](#), de 21 de dezembro. De então para cá, a entidade responsável pela colheita e divulgação de informação financeira de base sobre a atividade das parcerias e o seu relacionamento com os concedentes públicos (UTAP: Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos) não publicou dados adicionais. Tal como já mencionado em anteriores relatórios da UTAO, a divulgação de informação estatística por parte da UTAP e da UTAM não se encontra calendarizada, *a priori*, como é prática em outros organismos das Administrações Públicas que publicam informação estatística de base, em linha com a [Resolução da Assembleia da República, n.º 99/2010](#). Esta prática reforça a transparência na ação dos serviços e organismos envolvidos bem como a utilidade pública da informação prestada. Em particular, a informação relativa a Parcerias Público-Privadas, da responsabilidade da UTAP, tem sido publicada com muita irregularidade e encontra-se muito atrasada, uma vez que a informação mais recente sobre esta matéria refere-se ao quarto trimestre de 2020, tendo sido publicada em novembro de 2021. Tendo este período já sido estudado pela UTAO, dá-se neste número atenção ao desempenho do Sector Empresarial do Estado.



## 1 Introdução

**6. Este relatório analisa a situação económico-financeira das empresas públicas em 2021.** Para o efeito, recorre a uma série de indicadores, retirados da contabilidade das empresas, organizada segundo o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), para comparar o desempenho do universo entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, face ao período homólogo de 2020. Os dados adiante apresentados correspondem ao relato financeiro do quarto trimestre, que acumula informação desde o início do ano económico respetivo.

**7. O presente relatório integra a coleção de publicações periódicas mais ampla que abrange também a análise das Parcerias Público-Privadas (PPP).** Saliencia-se que, no que respeita à publicação de informação relativa a PPP, que é obrigatória à luz do preceituado no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, persistem um grande desfasamento temporal entre o momento da sua divulgação pela Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP) e o período de referência, bem como ausência de regularidade nestas publicações. A título de exemplo, refira-se que os últimos relatórios sobre PPP foram divulgados nas datas e para os períodos de referência indicados na Tabela 1:<sup>1</sup>

**Tabela 1 – Publicações da UTAP relativas a PPP, Boletins trimestrais das PPP: 2019–2022**

Ano	Relatório UTAP	Período de referência	Data de divulgação
2019	Boletim trimestral das PPP correspondente ao primeiro trimestre de 2019	1.º trimestre de 2019	29/agosto/2019
	Boletim trimestral das PPP correspondente ao segundo trimestre de 2019	2.º trimestre de 2019	4/março/2020;
	Boletim trimestral das PPP correspondente ao terceiro trimestre de 2019	3.º trimestre de 2019	4/março/2020;
	Boletim trimestral das PPP correspondente ao quarto trimestre de 2019	4.º trimestre de 2019	14/maio/2020
2020	Boletim trimestral das PPP correspondente ao primeiro trimestre de 2020	1.º trimestre de 2020	26/agosto/2020
	Boletim trimestral das PPP correspondente ao segundo trimestre de 2020	2.º trimestre de 2020	28/janeiro/2021
	Boletim trimestral das PPP correspondente ao terceiro trimestre de 2020	3.º trimestre de 2020	26/agosto/2021
	Boletim trimestral das PPP correspondente ao quarto trimestre de 2020	4.º trimestre de 2020	10/novembro/2021
2021	n.d. <sup>1</sup>	n.d. <sup>1</sup>	n.d. <sup>1</sup>
2022	n.d. <sup>1</sup>	n.d. <sup>1</sup>	n.d. <sup>1</sup>

Fontes: Ministério das Finanças, UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos. | Notas: 1 – Relativamente aos exercícios económicos de 2021 e 2022 a UTAP não publicou, até à data, a informação trimestral sobre PPP prevista no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

**8. Em 2010 a Assembleia da República aprovou uma Resolução sobre a divulgação de informação estatística por parte dos organismos do Estado ([Resolução da Assembleia da República, n.º 99/2010](#)), a qual não tem tido acolhimento por parte da UTAP e da UTAM.** De acordo com esta recomendação, *“durante o mês de Dezembro de cada ano todos os organismos do Estado que produzem e divulgam informação estatística devem publicitar no seu sítio oficial a calendarização diária e mensal, prevista para sua divulgação, estando-lhe vedada quer a divulgação prévia quer posterior à data assumida na calendarização de cada instituição”*. Contudo, quer a UTAP, no que respeita à divulgação de informação sobre PPP e concessões, quer a UTAM, quanto à divulgação de informação sobre o SEE, não têm vindo a dar cumprimento a esta recomendação, tanto não publicitando a referida calendarização,

<sup>1</sup> De acordo com o Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, a UTAP, *“até ao dia 20 do mês subsequente de cada trimestre, elabora e submete à apreciação do membro do Governo responsável pela área das finanças um relatório sobre a situação dos encargos estimados e assumidos pelo setor público, complementado pelos elementos que julgue relevantes relacionados com os contratos e processos em execução.”* — Artigo 26.º, n.º 2.

Por outro lado, a referida Unidade Técnica *“deve dispor de um sítio próprio para efeitos de publicitação de todos os documentos julgados úteis relacionados com processos de parcerias.”* — Artigo 32.º.

Para efeitos de transparência de informação, são obrigatoriamente publicitados, no sítio a que se refere o artigo 32.º, entre outros, os seguintes documentos: *“Os relatórios trimestrais a que se refere o n.º 2 do artigo 26.º, depois de aprovados pelo membro do Governo responsável pela área das finanças;”* — Artigo 33.º alínea b).

como manifestando irregularidade e desfasamento temporal nas publicações realizadas. O encurtamento dos prazos entre os períodos de referência e as datas de divulgação da informação, bem como a previsibilidade quanto ao momento das divulgações, seriam contributos positivos para a transparência na gestão dos recursos públicos e para a utilidade da informação junto de um conjunto diversificado de utilizadores.

**9. A publicação de informação sobre PPP encontra-se muito desfasada.** A informação de base mais recente sobre PPP reporta ao quarto trimestre de 2020. A UTAO já analisou estes dados, no [Relatório UTAO n.º 22/2021](#), de 21 de dezembro. Não tem, pois, matéria-prima que permita uma nova análise neste momento. Tendo presente a informação financeira atualizada sobre o Sector Empresarial do Estado (SEE), publicada pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM) na sequência do fecho de contas de 2021, e que se encontra atualizada a 13 de maio de 2022, considerou-se então oportuno analisar nesta altura o desempenho económico-financeiro do SEE no exercício de 2021.

**10. Em geral, as organizações de tipo empresarial são mais adequadas do que as de tipo administrativo para promover a eficiência na afetação de recursos quando o bem ou serviço fornecido é privado e é possível cobrar preços aos beneficiários do mesmo.** Diversas funções económicas do sector público são prestadas através de organizações empresariais ou de tipo empresarial. A ciência económica estabelece duas condições necessárias, embora não suficientes, para a prestação pública decorrer sob forma empresarial. Trata-se de características técnicas do bem ou serviço a prestar à comunidade: existência de rivalidade no consumo (*i.e.*, o bem ser privado) e possibilidade de exclusão de consumidores. Reunidas estas condições, a eficiência na afetação de recursos recomenda o financiamento do custo da sua provisão através de preços cobrados diretamente aos consumidores. Nestas condições, para bens com estas duas propriedades, a oferta dos mesmos deve ser capaz de identificar os custos do seu fornecimento bem como de consignar a receita dos preços ao financiamento da provisão. A empresa especializada no fornecimento de determinado bem ou serviço é uma forma organizativa particularmente adequada para garantir a identificação dos custos próprios desse produto em concreto e a consignação da receita. Por outro lado, a legislação de muitos países, como é o caso da portuguesa, permite um maior grau de agilidade na gestão da provisão de bens e serviços a estruturas de tipo empresarial do que a estruturas de tipo administrativo. O leitor interessado pode encontrar uma explicação económica mais desenvolvida em Baleiras *et al.* (2018),<sup>2</sup> pp. 20–24 e 27–28.

**11. A análise do SEE complementa outras coleções da UTAO.** Historicamente, o sector público deteve um elevado número de estruturas de tipo empresarial que não consolidava contas com o sector institucional das Administrações Públicas (AP). A prestação de contas pública, sistemática e tempestiva sobre a situação económico-financeira destas estruturas foi globalmente deficiente, particularmente no retrato da posição consolidada entre as vertentes administrativa e empresarial do sector público. Na primeira metade da década passada ocorreu um emagrecimento significativo no sector público empresarial, por via da extinção e fusão de unidades, a par da reclassificação estatística da maioria das empresas públicas. Uma parte significativa do sector público empresarial (aos três níveis de jurisdição territorial: central, regional e local) passou a estar integrada no sector institucional das AP, sob a forma de Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central, da Administração Regional ou da Administração Local. Fruto desta reclassificação, as coleções da UTAO que acompanham a dívida, assim como a programação e a execução orçamentais das AP, refletem forçosamente os contributos das empresas públicas assim reclassificadas para o desempenho das AP e de cada um dos seus subsectores. Porém, fazem-no com três limitações. Em primeiro lugar, utilizam o único sistema contabilístico que o Ministério das Finanças possui (ainda) para agregar contas das unidades orgânicas das AP, que é a contabilidade orçamental em base de caixa. Este sistema é insuficiente para caracterizar a atividade económica de qualquer unidade orgânica, seja ela empresarial ou não. Em segundo lugar, a informação disponível para as análises da UTAO naquelas coleções não permite identificar o contributo individual nem coletivo das empresas reclassificadas para os resultados das AP. Em terceiro lugar, ao focarem-se no universo AP,

---

<sup>2</sup> BALEIRAS, Rui Nuno, DIAS, Rui e ALMEIDA, Miguel (2018). [Finanças Locais: Princípios económicos, instituições e a experiência portuguesa desde 1987](#). Coleção Livros do CFP, n.º 1, Lisboa: Conselho das Finanças Públicas. Disponível nos formatos ePUB e PDF, Consult. 01/Junho/2022.



aquelas coleções não conseguem monitorizar o comportamento das empresas públicas pertencentes a outros sectores institucionais. Este relatório visa suprir, pelo menos em parte, estas três limitações. A presente análise baseia-se no subsistema financeiro da contabilidade das próprias empresas públicas, recorrendo a indicadores que proporcionam uma visão sinóptica sobre a situação económico-financeira destas entidades. São consideradas não apenas as empresas que integram as AP, mas também as que estão classificadas noutros sectores institucionais; pela sua expressão material, avulta o das empresas financeiras. A terminar, reconheça-se que a informação tratada ao longo das próximas páginas tem dois óbices ao nível da consolidação de contas, inultrapassáveis por os indicadores advirem diretamente dos sistemas de informação contabilística de cada empresa. Primeiro, não permitem o retrato consolidado do universo empresarial público. Segundo, não permitem o retrato consolidado do sector público, empresarial e administrativo.

**12. A informação utilizada tem por base o Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) tendo sido divulgada pela UTAM.** Esta informação abrange 124 empresas do chamado "Sector Empresarial do Estado" (SEE), de um total de 144 nas quais o Estado tem influência dominante e o acionista é a DGTF ou uma empresa por si detida, encontrando-se atualizada a 13 de maio de 2022. A informação contabilística foi prestada pelas empresas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

**13. O universo em análise nesta coleção abrange apenas as empresas tituladas ou dominadas pelo Estado.** Esta limitação de âmbito decorre do acesso à informação. Tal como nas demais coleções, a UTAO depende de informação primária produzida por outras instituições para realizar as suas análises. A Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM), pertencente ao Ministério das Finanças, recolhe, trata e publica informação contabilística apenas sobre as empresas na órbita do subsector Estado (o chamado Sector Empresarial do Estado, SEE) e não necessariamente todas. Conforme referido no seu [portal Internet](#), a informação produzida pela UTAM "cobre a totalidade das empresas do SEE em que o Estado tem influência dominante e o acionista é a DGTF ou uma empresa por si detida, direta ou indiretamente". No futuro, e em função do acesso a mais informação e do alargamento da capacidade analítica da Unidade, é pretensão da UTAO que o universo de análise possa abranger também as empresas públicas tituladas ou dominadas pelas Administrações Regional (SER) e Local (SEL).

**Tabela 2 – Caracterização das empresas públicas: SEE, SEL e SER**  
(número de empresas)

SEE - Empresas em SiRIEF	144	SEL - Empresas Locais	173
Empresas Não financeiras	135	<i>Por sector de atividade:</i>	
Empresas Financeiras	9	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1
Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)	80	Indústrias transformadoras	5
Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR)	64	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2
		Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	50
		Construção	9
		Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2
		Transportes e armazenagem	14
		Alojamento, restauração e similares	2
		Atividades de informação e de comunicação	1
		Atividades imobiliárias	15
		Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	12
		Atividades administrativas e dos serviços de apoio	12
		Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	8
		Educação	8
		Atividades de saúde humana e apoio social	2
		Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	29
		Outras Atividades de serviços	1
<b>SER - Sector Empresarial Regional</b>	<b>53</b>		
SERAM - Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira <sup>1</sup>	25		
SERAA - Sector Empresarial da Região Autónoma dos Açores <sup>2</sup>	28		

Fontes: Ministério das Finanças, UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), Portal Autárquico (<http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/administracao-local/entidades-autarquicas/atividade-empresarial-local/>), consultado em 02/Junho/2022. Governo Regional dos Açores, Direção Regional do Orçamento e Tesouro, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional das Finanças. | Notas: 1 – Universo do SERAM em 31 de março de 2022. 2 – Universo do SERAA em 31 de dezembro de 2021.

**14. Tendo em conta a heterogeneidade no universo de empresas que integram o SEE, são realizadas duas desagregações.** A primeira atende ao sector de atividade económica predominante em que a empresa se insere, distinguindo entre Empresas Públicas Financeiras (EPF) — 9 empresas — e Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) — 135 empresas. A segunda desagregação reflete a classificação das empresas face ao sector institucional das Administrações Públicas, distinguindo entre as que o integram e, portanto, dentro dele consolidam contas (as chamadas Empresas Públicas Reclassificadas, EPR, 80 empresas) e as que pertencem a outros sectores institucionais (as Empresas Públicas Não Reclassificadas, EPNR, 64 empresas).<sup>3</sup> O universo e a repartição das empresas que integram o SEE decorem de informação estatística publicada pela UTAM, com base no SiRIEF (Tabela 2). Para esta análise recorreu-se a uma bateria de indicadores financeiros, designadamente: receita total (volume de negócios e outras receitas), gastos totais (gastos operacionais e outros gastos), EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, designação inglesa para lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), EBIT (ou seja, resultados antes de juros e impostos), resultado financeiro, resultado líquido, *cash flow*, dívida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do capital próprio. Na Tabela 2 apresenta-se, também, uma caracterização breve do universo do Sector Empresarial Regional (SER) e do Sector Empresarial Local (SEL), por sector de atividade.

**15. A Caixa 1, p. 11, apresenta um pequeno glossário dos principais conceitos contabilísticos utilizados.** A especificidade das variáveis de contabilidade financeira, ainda tão incomum nos reportes e nas análises consolidadas de finanças públicas, justifica a inclusão do pequeno dicionário das variáveis usadas neste documento. Trata-se da Caixa 1 apresentada no final do Anexo.

**16. Os indicadores económico-financeiros e a estrutura do relatório é a seguinte:** o EBITDA e resultado líquido surgem na Secção 2, as Receitas e os Gastos Totais na Secção 3 e a Dívida na Secção 4. A Caixa 1 apresenta um glossário, é apresentada em Anexo e encerra este relatório.

## 2 EBITDA e resultado líquido

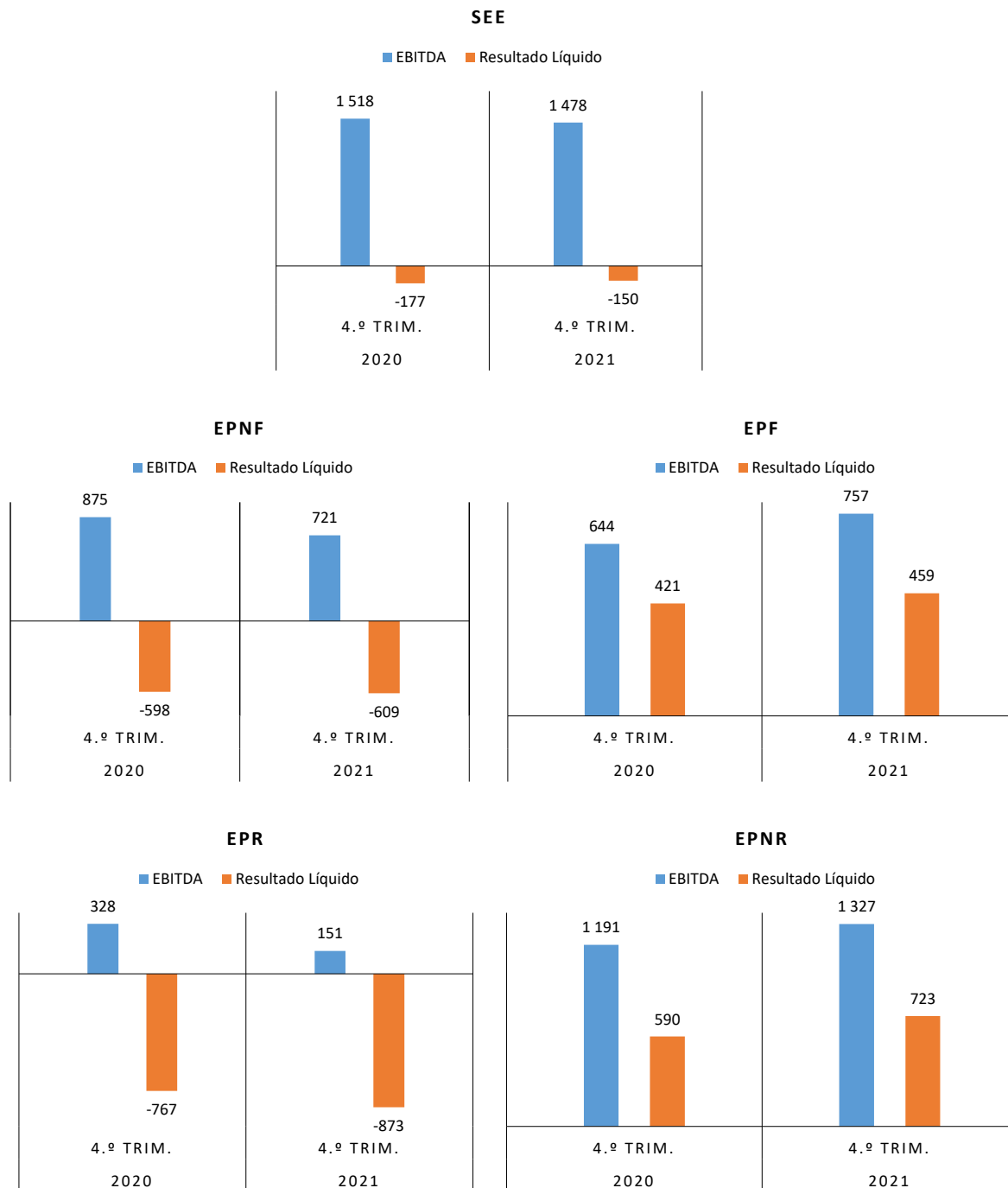
**17. Em termos globais, as empresas que integravam o SEE em 2021 reduziram os níveis de EBITDA, mas recuperaram ligeiramente o Resultado Líquido, que se apresentou menos negativo. Em termos desagregados, a degradação do EBITDA registou-se nas EPNF e nas EPR, enquanto as EPF e as EPNR registaram uma melhoria deste indicador face ao ano anterior. De igual forma, as EPNF e as EPR registaram um agravamento homólogo do Resultado Líquido, ao passo que as EPF e as EPR alcançaram uma melhoria do Resultado Líquido.** O EBITDA alcançado pelo conjunto de empresas públicas que integravam o SEE (124 observadas neste período, de um total de 144 acompanhadas pela UTAM) diminuiu 41 M€ em 2021, face ao ano homólogo: passou de 1518 M€ em 2020 para 1478 M€ em 2021. Relativamente aos Resultados Líquidos, registou-se uma pequena melhoria homóloga de 27 M€, tendo recuperado de – 177 M€ em 2020 para – 150 M€ em 2021. A evolução da situação financeira das empresas públicas, entre 2020 e 2021, não foi homogénea entre os vários subconjuntos do universo SEE:

- As EPNF (117 de um total de 135) diminuíram os EBITDA em 154 M€ e os Resultados Líquidos, que já se apresentavam negativos em 2020, em 11 M€;
- As EPF (sete de um total de nove) registaram níveis de EBITDA e Resultados Líquidos superiores aos alcançados por estas empresas no ano anterior em +114 M€ e +38 M€, respetivamente;
- As EPR (65 de um total de 80) diminuíram os EBITDA em 177 M€ e os Resultados Líquidos em 106 M€;
- As EPNR (59 de um total de 64) registaram uma melhoria nos EBITDA de 136 M€ e nos Resultados Líquidos de 134 M€;
- Para maior detalhe, consultar o Gráfico 1 abaixo e a Tabela 3 presente no Anexo.

<sup>3</sup> As entidades que compõem o SEE distribuem-se, para efeitos de contabilidade nacional, entre a categoria de unidades institucionais "Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central" (nele cabendo as EPR) e os sectores institucionais "Sociedades Financeiras" (no qual se inserem as EPF não reclassificadas) e "Sociedades Não Financeiras" (agrupando as EPNF que não são reclassificadas).

**18. Salienta-se a existência de duas assimetrias entre os vários agregados institucionais.** Relativamente ao sector de atividade, o desempenho é melhor no sector financeiro do que no conjunto das demais. Quanto à relação com o sector institucional das AP, as empresas que nele estão classificadas (EPR) apresentam um desempenho global menos favorável do que as que estão fora do mesmo (EPNR).

**Gráfico 1 – EBITDA e Resultado Líquido, 4.º Trimestre 2020 vs 4.º Trimestre 2021**  
(em milhões de euros)



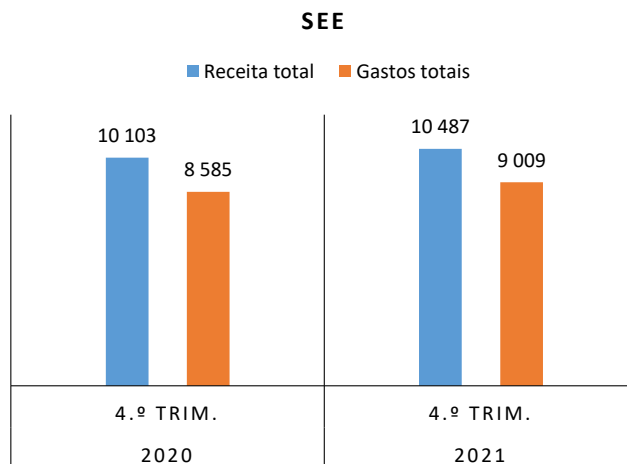
Fontes: Ministério das Finanças, UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para maior detalhe sobre o universo e o número de empresas consideradas em cada um dos cálculos, consultar a informação mais detalhada constante do Anexo.

### 3 Receitas e gastos totais

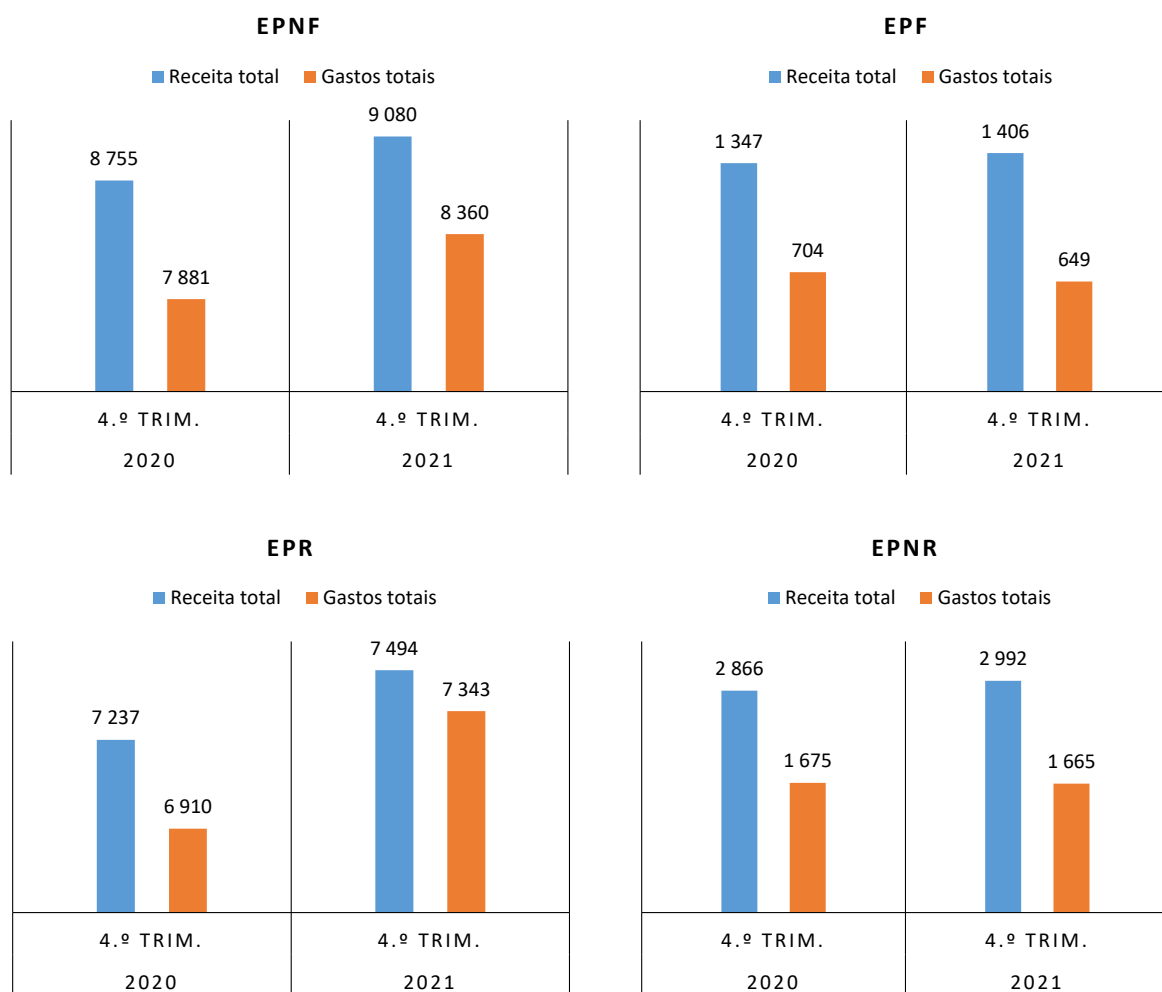
**19. No seu conjunto, as empresas que integravam o SEE registaram, em 2021, aumentos da receita total e dos gastos totais, face ao ano anterior. O desempenho das EPF objeto de análise apresenta-se distinto na medida em que coletivamente registaram, em 2021, níveis de receita total superiores, mas gastos totais inferiores aos do ano anterior.** A receita total<sup>4</sup> alcançada pelo conjunto de empresas públicas que integravam o SEE (124 de um total de 144) aumentou 384 M€ (+ 3,8%) em 2021, passando de 10 103 M€ em 2020 para 10 487 M€ em 2021. Relativamente aos gastos totais, o crescimento foi de 424 M€ (+4,9%), passando de 8585 M€ em 2020 para 9009 M€ em 2021. Assim, em 2021, registou-se um aumento da atividade económica das empresas que integram o SEE, quer por via do aumento da receita total quer dos gastos totais, ainda que o impacto agregado tenha sido negativo (- 41 M€), com reflexo direto no EBITDA alcançado. O subconjunto das EPF analisadas registou um comportamento distinto, na medida em que alcançou, em 2021, receita total acima e despesa total abaixo da do ano anterior, sendo possível concluir o seguinte:

- As EPNF (117 de um total de 135) aumentaram a receita total em 325 M€ (+ 3,7%) e os gastos totais em 479 M€ (+6,1%);
- As EPR (65 de um total de 80) aumentaram a receita total em 257 M€ (+ 3,5%) e os gastos totais em 434 M€ (+6,3%);
- As EPNR (59 de um total de 64) registaram um aumento na receita total de 127 M€ (+ 4,4%) e uma redução dos gastos totais de 9 M€ (- 0,6%);
- Para maior detalhe, consultar o Gráfico 2 abaixo e a Tabela 3 presente no Anexo.

**Gráfico 2 – Receita e gastos totais, 4.º Trimestre 2020 vs 4.º Trimestre 2021**  
(em milhões de euros)



<sup>4</sup> O conceito "receita total" é utilizado pela fonte (UTAM) na aglutinação de empresas. Salvo melhor opinião, não parece ser a designação mais correta, nos termos do sistema contabilístico em uso (o SNC), para confrontar com o indicador "gastos totais". Ver definição de ambos na Caixa 1, p. 11.



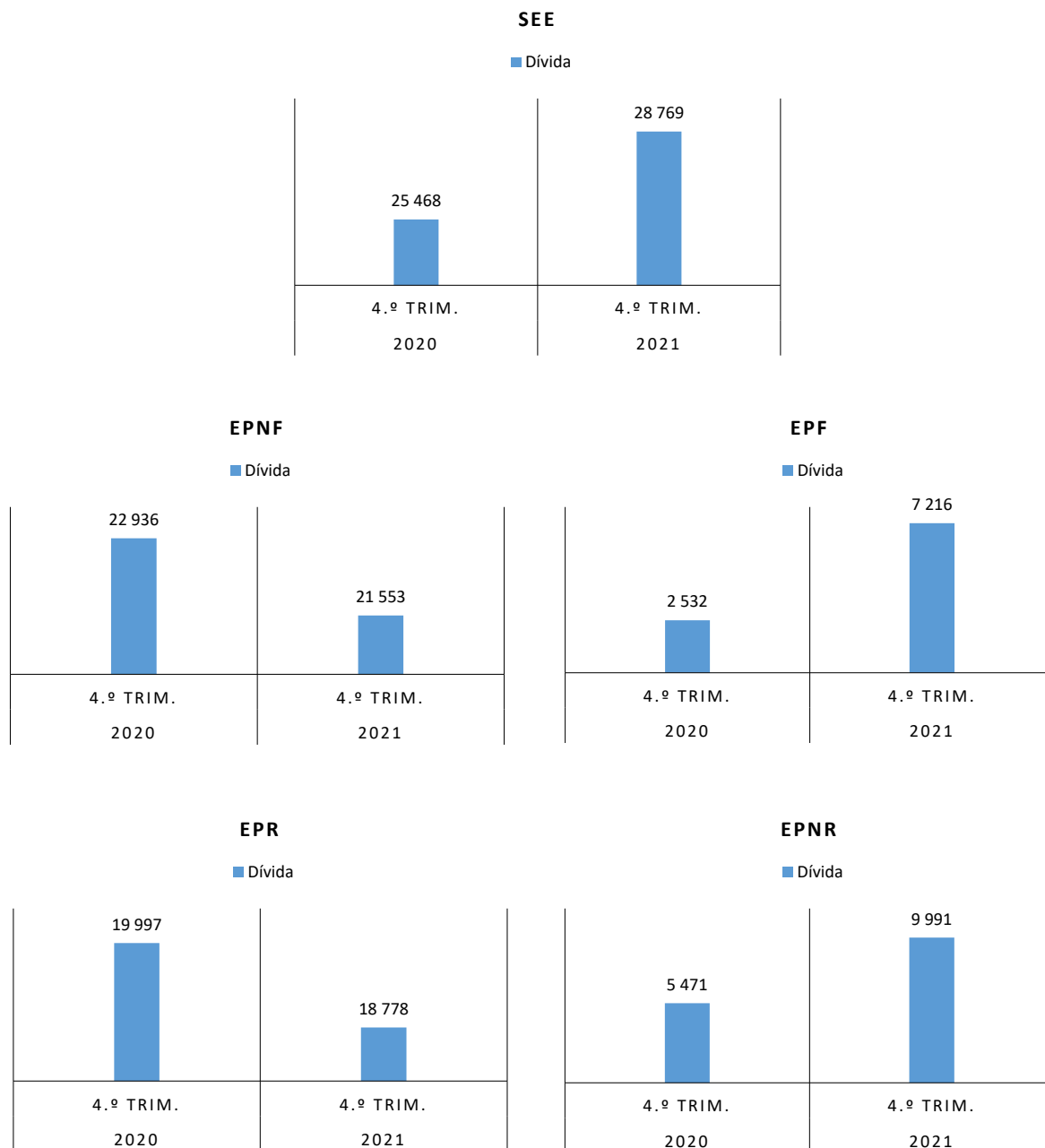
Fontes: Ministério das Finanças, UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para maior detalhe sobre o universo e o número de empresas consideradas em cada um dos cálculos, consultar a informação mais detalhada constante do Anexo.

## 4 Dívida

**20. O stock global de dívida das empresas que integram o SEE aumentou em 2021, com contributos heterogéneos das várias categorias de empresas: diminuição da dívida entre as EPNF e EPR versus aumento da dívida nos subconjuntos EPF e EPNR.** O stock de dívida registado pelo conjunto de empresas públicas que integram o SEE (124 de um total de 144) aumentou 3301 M€ (+ 13,0%) em 2021, face ao ano anterior, de 25 468 M€ em 2020 para 28 769 M€ em 2021. Com efeito, os contributos para o aumento ocorrido no stock global de dívida do SEE tiveram origem nas EPF (+4684 M€) e nas EPNR (+4520 M€). Tendo em conta a classificação das empresas públicas que integram o SEE por área de atividade, EPNF/EPF, e a sua inclusão/exclusão do perímetro orçamental, EPR/EPNR, é possível concluir o seguinte:

- As EPF (sete de um total de 9) registaram um aumento de 4684 M€ (+ 185,0%) no seu stock de dívida, enquanto as EPNF (117 de um total de 135) diminuíram a dívida em 1383 M€ (– 6,0%);
- As EPNR (59 de um total de 64) aumentaram o stock de dívida em 4520 M€ (+ 82,6%), evolução que foi (parcialmente) mitigada pelas EPR (65 de um total de 80), que a reduziram em 1219 M€ (– 6,1%);
- Para maior detalhe, consultar o Gráfico 3 abaixo e a Tabela 3 presente no Anexo.

**Gráfico 3 – Dívida, 4.º Trimestre 2020 vs 4.º Trimestre 2021**  
(em milhões de euros)



Fontes: Ministério das Finanças, UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para maior detalhe sobre o universo e o número de empresas consideradas em cada um dos cálculos, consultar a informação mais detalhada constante do Anexo.

**Anexo: Dados numéricos e terminologia do SEE**

**Tabela 3 – Situação Financeira do SEE: 4.º trimestre de 2020 vs 4.º trimestre de 2021**  
(em milhões de euros e em percentagem)

Universo N.º Empresas em análise	SEE: 144 empresas		Emp. Não Financeiras: 135		Emp. Financeiras: 9		EPR: 80		EPNR: 64	
	124		117		7		65		59	
Ano Trimestre	2020 4.º Trim.	2021 4.º Trim.	2020 4.º Trim.	2021 4.º Trim.	2020 4.º Trim.	2021 4.º Trim.	2020 4.º Trim.	2021 4.º Trim.	2020 4.º Trim.	2021 4.º Trim.
<b>Receita total</b>	<b>10 103</b>	<b>10 487</b>	<b>8 755</b>	<b>9 080</b>	<b>1 347</b>	<b>1 406</b>	<b>7 237</b>	<b>7 494</b>	<b>2 866</b>	<b>2 992</b>
Volume de negócios, Margem financeira (Empresas Financeiras)	7 636	8 165	6 911	7 501	724	663	5 558	6 086	2 078	2 079
Outras receitas	2 467	2 322	1 844	1 579	623	743	1 679	1 408	788	914
<b>Gastos totais</b>	<b>8 585</b>	<b>9 009</b>	<b>7 881</b>	<b>8 360</b>	<b>704</b>	<b>649</b>	<b>6 910</b>	<b>7 343</b>	<b>1 675</b>	<b>1 665</b>
Gastos operacionais	8 218	8 682	7 607	8 152	611	530	6 716	7 243	1 502	1 439
Outros gastos	367	327	274	208	92,8	118,9	194	101	173	226
<b>EBITDA</b>	<b>1 518</b>	<b>1 478</b>	<b>875</b>	<b>721</b>	<b>644</b>	<b>757</b>	<b>328</b>	<b>151</b>	<b>1 191</b>	<b>1 327</b>
<b>EBIT, Resultado antes de imposto (Empresas Financeiras)</b>	<b>576</b>	<b>597</b>	<b>8</b>	<b>-77</b>	<b>568</b>	<b>674</b>	<b>-181</b>	<b>-364</b>	<b>757</b>	<b>961</b>
Resultado Financeiro	-515	-445	-515	-445	0	0	-538	-468	23	23
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-177</b>	<b>-150</b>	<b>-598</b>	<b>-609</b>	<b>421</b>	<b>459</b>	<b>-767</b>	<b>-873</b>	<b>590</b>	<b>723</b>
Cash Flow	470	322	217	64	253	258	-305	-465	775	787
Dívida	25 468	28 769	22 936	21 553	2 532	7 216	19 997	18 778	5 471	9 991
Rentabilidade do Ativo (RoA)	0,40%	0,38%	0,01%	-0,13%	0,66%	0,70%	-0,37%	-0,73%	0,79%	0,89%
Rentabilidade do Capital Próprio (RoE)	1,06%	1,40%	-0,47%	-0,02%	5,32%	5,57%	-1,50%	-1,33%	4,62%	5,46%

Fontes: Ministério das Finanças, UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para cada conjunto de informação é indicado no cabeçalho de cada quadro o número de empresas que integram o universo e o número de empresas que integram a informação apresentada. Tendo em conta a especificidade das empresas públicas financeiras, a principal componente da sua receita é designada por "margem financeira" (e não por "volume de negócios") e utiliza-se o conceito de "resultado antes de imposto" em vez de EBIT utilizado para as restantes empresas públicas.

**Caixa 1 – Glossário de termos de contabilidade financeira**

**Cash Flow:** é um indicador de liquidez utilizado para avaliar os resultados gerados pelas entidades no período em análise e a sua capacidade para satisfazer as suas obrigações de curto prazo, sendo apurado da seguinte forma:

$$\text{Cash Flow} = \text{Resultado Líquido} + \text{Depreciações e Amortizações} + \text{Provisões e Imparidades}$$

**Dívida:** é a soma dos montantes contabilizados como Financiamentos Obtidos.

**EBIT:** designação inglesa para *Earnings Before Interest and Taxes*, correspondendo ao Resultado antes de Gastos de Financiamento e Impostos.

**EBITDA:** designação inglesa para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciations and Amortizations*, correspondendo ao Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos.

**Gastos operacionais:** corresponde à soma dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e dos Gastos com o pessoal.

**Gastos totais:** os gastos representam uma diminuição dos benefícios económicos futuros relacionados com uma diminuição num ativo ou com um aumento de um passivo e que possam ser mensurados com fiabilidade. Gastos totais corresponde à soma de todos os gastos, designadamente: dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), dos Gastos com o Pessoal, dos Gastos de Depreciação e de Amortização, das Perdas por Imparidade, das Perdas por Reduções de Justo Valor, das Provisões do Período, dos Outros Gastos e Perdas e dos Gastos e Perdas de Financiamento.

**Receita total:** é a expressão utilizada pela UTAM para designar a soma do "volume de negócios" com "outras receitas". Na terminologia do SNC corresponde ao conjunto de rendimentos auferido pela entidade contabilística. Os rendimentos representam um aumento de benefícios económicos futuros relacionado com o aumento dos ativos ou com a diminuição dos passivos e que pode ser quantificado com fiabilidade. Os rendimentos englobam: as Vendas, as Prestações de Serviços, as Variações nos Inventários da Produção, os Trabalhos Para a Própria Entidade, os Subsídios à Exploração, as Reversões, os Ganhos por Aumentos de Justo Valor, os Outros Rendimentos e Ganhos e os Juros e Outros Rendimentos Similares.

**Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Capital Próprio:** são indicadores de rentabilidade que avaliam o retorno gerado para o acionista face aos volumes do ativo e do capital próprio da entidade, respetivamente, sendo apurados do seguinte modo:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Resultados Operacionais}}{\text{Ativo}} \quad ; \quad \text{Rentabilidade do Capital Próprio} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$$

**Resultado antes de imposto:** no caso das empresas financeiras, atenta a sua especificidade, apresenta-se o resultado antes de imposto.

**Resultado Líquido:** representa a diferença entre os rendimentos e os gastos em cada período.







## UTAO | UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

AV. DOM CARLOS I, N.º 128 A 132 | 1200-651 LISBOA, PORTUGAL

[https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/UTAO\\_UnidadeTecnicaDeApoioOrcamental.aspx](https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/UTAO_UnidadeTecnicaDeApoioOrcamental.aspx)